

* 1 AGO 1989

Líderes decidem sorte de 642 projetos de lei

CORREIO BRAZILIENSE

Os líderes de todos os partidos no Congresso Nacional reúnem-se hoje, às 15 horas, para decidir quais dos 642 projetos em tramitação terão prioridade na pauta e como será o "recesso branco" que vai liberar os parlamentares para participarem da campanha presidencial. Com a volta, ontem, de alguns líderes, já começavam a circular diferentes propostas para a realização do recesso, ou "missão partidária", como prefere o presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE).

Alguns acham que o recesso branco deve ser iniciado a partir de 15 de setembro e só interrompido em caso da necessidade de convocação extraordinária — para a apreciação de medidas provisórias, por exemplo. Até lá os parlamentares dedicariam-se a um "superesforço concentrado", nos moldes do realizado durante a Constituinte, para terminar de votar o Regimento e apreciar cerca de 50 projetos considerados prioritários.

Na reunião de hoje, o líder do PMDB no Senado, Ronan Tito (MG), vai defender uma proposta um pouco diferente: a realização de vários pequenos esforços con-

centrados até o dia das eleições. O senador acha que o esforço concentrado só deve ser convocado quando houver em pauta número suficiente de projetos já devidamente apreciados pelas comissões, em ponto de votação. "É mais produtivo", avalia Ronan, que tem 37 projetos para serem votados e quer a apreciação de todos eles ainda nesta legislatura. "Sou um otimista incurável", admite.

O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ), não é tão otimista quanto o senador mineiro. Amaral Netto considera "muito difícil" manter algum parlamentar em Brasília a partir do dia 1º de setembro. "Mesmo um deputado pobre, que não possa ficar sem o subsídio, vai tirar licença e ser financiado pelo seu candidato. E os parlamentares mais destacaos vão ser arrancados daqui", prevê Amaral Netto.

Além de estabelecer as prioridades entre os projetos de lei para votação, os líderes hoje vão discutir o Regimento Interno da Câmara. Sua aplicação pode acelerar os trabalhos em plenário, mas para aprovarem o Regimento os deputa-

dos têm que votar destaques de 500 artigos.

O volume de trabalho não assusta o presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade. "Vamos fazer um acordo para eliminar os pontos polêmicos do regimento, aprovar os destaques e liquidar o aaaaunto rapidamente", acredita ele. Entre os projetos que devem ser votados, há 176 projetos de lei de autoria de deputados regulamentando a Constituição, dos quais 154 são leis ordinárias e 22 complementares. Até ontem a Mesa não havia concluído o levantamento dos projetos de lei com pareceres já apresentados pelas comissões temáticas que, pelo Regimento antigo, deveriam ser votados em plenário.

Ao lado de tantos projetos de autoria do próprio Legislativo, há uma série de projetos oriundos do Executivo, entre eles a Lei Orgânica da Saúde, a organização do Conselho de Defesa Nacional a regulamentação do Conselho da República, o projeto de benefícios e custeio da Previdência Social, o funcionamento do Superior Tribunal de Justiça e vários outros, sem falar no Orçamento da União para 1990 que, antes de apresentado ao Congresso já está gerando polêmicas.